

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_ DE 2026

Da Senhora Deputada Dandara Tonantzin Silva Castro

Requer à Comissão de Educação o convite de especialistas para Audiência Pública com a finalidade de debater como abordar os riscos e malefícios associados aos jogos de azar nas escolas e a liberação da exploração por entidades.

Senhor(a) Presidente(a),

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, do inciso III do art. 24 c/c os arts. 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública para debater como abordar os riscos associados aos jogos de azar nas escolas. O impacto gerado nos jovens em função da autorização de atuação das entidades de aposta de quota fixa (as chamadas “Bets”) no Brasil e os malefícios que tem gerado nas famílias.

A audiência pública tem como objetivos:

- Analisar os impactos das *bets* no comportamento financeiro de jovens;
- Discutir estratégias pedagógicas para abordagem do tema na educação básica;
- Avaliar experiências nacionais e internacionais;
- Identificar riscos de normalização das apostas no ambiente escolar e campanhas nas mídias;

Indicação de convidados:

- Representante do Ministério da Educação (MEC);
- Pesquisadores em educação financeira;
- Especialistas em psicologia comportamental e dependência;
- Economistas com atuação em finanças pessoais;
- Representantes da União Nacional de Estudantes (UNE);
- Representantes de entidades estudantis;
- João Aguiar, representante do Instituto Alana.



## Justificação

O crescimento acelerado das plataformas de apostas esportivas no Brasil tem gerado impactos relevantes sobre o comportamento financeiro da população, especialmente entre jovens. Inseridas no ambiente digital e amplamente divulgadas por influenciadores e eventos esportivos, as chamadas “bets” passaram a integrar o cotidiano de estudantes da educação básica.

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preveja a educação financeira como tema transversal, há lacuna quanto à abordagem de **riscos associados a jogos de azar, probabilidade de perda, endividamento e comportamento compulsivo**.

A BNCC trata a educação financeira como um **tema contemporâneo transversal**, especialmente dentro da área de Matemática e Ciências Humanas. Ela propõe o desenvolvimento de competências como: planejamento financeiro; consumo responsável; análise crítica de crédito e endividamento.

Nesse contexto, torna-se necessário debater o papel da escola na formação crítica sobre apostas, a adequação pedagógica do tema nas diferentes etapas de ensino para educação preventiva e a regulação para proteção de crianças e adolescentes.

Se consolidou nos últimos anos um ambiente em que plataformas de apostas operam com alto grau de capilaridade, forte presença digital e estratégias intensivas de publicidade e engajamento. Esse modelo tem favorecido a incorporação das apostas ao cotidiano financeiro de parcela expressiva da população, com impactos que ainda não foram plenamente dimensionados pelo Poder Legislativo.

Há indícios consistentes de que o crescimento desse mercado se associa ao aumento do comprometimento da renda familiar, sobretudo entre grupos mais vulneráveis, com impacto no endividamento e efeito indireto sobre o consumo, a estabilidade financeira dos lares e a dinâmica de setores econômicos dependentes da demanda interna.

Ao mesmo tempo, a magnitude dos fluxos financeiros envolvidos — que movimentam valores expressivos mensalmente — suscita preocupações quanto à alocação de recursos na economia, especialmente diante do potencial de desvio de renda de atividades produtivas para circuitos digitais de alta rotatividade e baixa geração de emprego.

Por fim, destacamos a crescente associação entre apostas e questões de saúde mental. Relatos institucionais e iniciativas recentes do poder público indicam aumento na demanda por atendimento relacionado ao jogo problemático, evidenciando que o tema já apresenta repercussões no sistema de saúde



Nesse contexto, a realização de audiência pública se mostra instrumento essencial para subsidiar a atuação legislativa, permitindo a oitiva de especialistas, representantes do poder público, entidades da sociedade civil, setor produtivo, academia e demais atores relevantes. O debate amplo e transparente contribuirá para o aprofundamento do diagnóstico, a identificação de riscos e a construção de alternativas adequadas.

A iniciativa também se justifica pela necessidade de assegurar a circulação de informações qualificadas sobre o tema, fortalecendo o papel do Parlamento como espaço de deliberação informada e de mediação de interesses em questões de alta relevância pública.

Assim, a audiência pública proposta constitui etapa fundamental para a compreensão abrangente dos impactos das apostas no país e para o aprimoramento das respostas legislativas e institucionais a esse fenômeno, em benefício da sociedade brasileira.

Contamos com o apoio dos nobres pares para viabilizar este espaço de diálogo qualificado.

- Felipe Asth, representante da Frente Parlamentar de Saúde Mental.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2026.

Deputada Federal  
**Dandara Tonantzin Silva Castro**  
PT/MG

